

Pedido de Impugnação_Pregão Eletrônico nº 90008/2025_TRE-BA

De : Jefferson De Gouveia M Moreira
<jefferson.silva@ciece.org.br>

qui., 21 de ago. de 2025 08:35

 1 anexo

Assunto : Pedido de Impugnação_Pregão Eletrônico nº
90008/2025_TRE-BA

Para : mahereda@tre-ba.jus.br

Cc : Indicadores SUNOA - CIEE
<indicadores.sunoa@ciece.org.br>




AO ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

REF: Edital de Pregão Eletrônico nº 90008/2025
Processo SEI n.º: 0007313-50.2025.6.05.8000

O CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE, associação civil de direito privado, sem fins lucrativos e de fins não econômicos, que atua como Agente de Integração, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.600.839/0001- 55, com sede na Rua Tabapuã, 445, Itaim Bibi, CEP 04.533-001, São Paulo/SP, por seu representante abaixo assinado, vem, à presença de Vossa Senhoria apresentar, tempestivamente, **IMPUGNAÇÃO** ao Edital referenciado, conforme anexo;

Atenciosamente.



JEFFERSON DE GOUVEIA M. MOREIRA
Analista de Contratos e Licitações PL
Indicadores - SUNOA | SEDE - SP
 [WhatsApp](#)
Modalidade de trabalho Híbrido
 [Canal de Ética](#) |  [Central de Ajuda](#)



Esta mensagem (incluindo qualquer anexo) é confidencial e legalmente protegida, somente podendo ser usada pelo indivíduo ou entidade a quem foi endereçada. Caso você a tenha recebido por engano, deverá devolver ao remetente e, posteriormente apagar, pois a disseminação, encaminhamento, uso, impressão ou cópia do conteúdo desta mensagem são expressamente proibidos.

This message (including any attachments) contains confidential information intended for a specific individual and purpose, and is protected by law. If you are not the intended recipient, you should return and then delete this message. Any disclosure, copying, printing, use or distribution of this message, or the taking of any part is illegal.



Impugnação Exclusividade ME_EPP_TRE-BA.pdf

325 KB



AO ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

REF: Edital de Pregão Eletrônico nº 90008/2025

Processo SEI n.º: 0007313-50.2025.6.05.8000

O **CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE**, associação civil de direito privado, sem fins lucrativos e de fins não econômicos, que atua como Agente de Integração, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.600.839/0001- 55, com sede na Rua Tabapuã, 445, Itaim Bibi, CEP 04.533-001, São Paulo/SP, por seu representante abaixo assinado, vem, à presença de Vossa Senhoria apresentar, tempestivamente,

IMPUGNAÇÃO

ao Edital referenciado, pelas razões a seguir expostas:

I – DA POSSIBILIDADE DA APRESENTAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO

O Edital é passível de Impugnação pelos Licitantes, no prazo de 03 dias úteis, antes da data designada para o certame, com base no art. 164 da Lei nº 14.133.

II – DOS MOTIVOS DA IMPUGNAÇÃO

Considerando que a Impugnação ao Edital visa combater eventuais irregularidades, ilegalidades ou abusos que possam viciar o processo licitatório, resultando, por vezes, até na anulação do certame, o CIEE, nesta oportunidade, apresenta os motivos de seu inconformismo com o Edital do certame em epígrafe.

II.1) EXCLUSIVIDADE DE PARTICIPAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

É notório que a restrição à participação de empresas que não se enquadrem na definição de microempresa e empresa de pequeno porte e sociedades cooperativas constante no Edital em comento, apesar de amparada pela Lei Complementar nº 123/2006, **não é absoluta**.

O inciso I do artigo 48 daquela Lei prevê que a administração pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$80.000,00 (oitenta mil reais).

Entretanto, ainda nos termos da citada Lei Complementar, mais especificamente em seu art. 49,



algumas exceções devem ser consideradas pela Administração Pública quando da realização dos processos licitatórios. Vejamos:

*"Art 49. **Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:** (...)*

*II - Não houver **um mínimo de 3 (três) fornecedores** competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e **capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório**;*

*III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte **não for vantajoso para a administração pública** ou **representar prejuízo** ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;"*

Importante destacar, conforme lição de Marçal Justen Filho em sua obra "O estatuto da microempresa e as licitações públicas", que o legislador, com o intuito de preservar a competitividade nas licitações, quais sejam as exclusivas para ME/EPP, estabeleceu como condição um mínimo de três competidores, vejamos:

[...] a restrição em favor da participação de pequenas empresas não pode conduzir à eliminação da competitividade. Por isso, o art. 49, inc II, determina que não se aplicará o regime de licitação diferenciada quando "não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório (JUSTEN FILHO, Marçal. O estatuto da microempresa e as licitações públicas. 2. ed. São Paulo: Dialética, 2007, p.122).

O art. 49 da Lei Complementar nº 123/06 afasta a aplicação do disposto nos seus artigos 47 e 48 quando não houver um mínimo de três fornecedores competitivos, enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte, sediados local ou regionalmente, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, bem como verificar se a contratação será vantajosa para a administração pública e não irá representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

Claro está na legislação em comento que a restrição à participação de empresas que não se enquadrem na definição de microempresa e empresa de pequeno porte constante no Edital em comento, apesar de amparada pela Lei Complementar nº 123/2006, não é absoluta.

A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN quando da implementação das minutas de editais que deverão ser utilizados pelos órgãos subordinados às suas orientações, traz a seguinte nota explicativa:



*Nota explicativa: Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), **SALVO SE:***

I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

IV - o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º do Decreto nº 8.538, de 2015.

Considera-se não vantajosa a contratação quando:

I - resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou

II - a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.

¹<http://www.pgfn.fazenda.gov.br/consultoria-administrativa/1-2-4-srp-servicos-com-dedicacao-exclusiva-de-mao-de-obra-prontas-para-publicacao/1242-EDITAL-srp-servicos-continuados-COM%20mao%20obra-FECHADA-13-06-2017.doc>, consultado em 17/04/2019

Com o intuito de clarificar o tema o Tribunal de Contas do Estado do Paraná desenvolveu um Manual de Licitações, que traz em seu bojo capítulo específico sobre a interpretação do art. 49 da Lei Complementar nº 123/06, trazemos alguns excertos daquele manual:

DA VERIFICAÇÃO DO ARTIGO 49

38. Para realizar as licitações exclusivas ou com cotas exclusivas às ME/EPP é preciso verificar antes a ocorrência de alguma das hipóteses do artigo 49 da Lei Complementar nº. 123/06? Por quê?

Sim. Por disposição expressa do Estatuto das Micro e Pequenas Empresas “não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:



II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte **não for vantajoso** para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado; (...)

39. A verificação da existência de um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como ME ou EPP sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas do instrumento convocatório deve ser feita na fase interna da licitação? Qual a posição do tribunal a ser seguida?

Sim. Em resposta a um processo de Consulta, por meio do Acórdão nº. 877/16-P200, o Tribunal de Contas do Paraná esclareceu que:

“(...) A verificação do cumprimento da condição prevista no artigo 49, II, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2.006, requisito indispensável ao emprego das licitações diferenciadas, pode ser realizada com base em critérios discricionários estabelecidos pelo Município, sempre tendo em vista a análise dos custos e benefícios dos parâmetros a serem empregados. Com o escopo de minimizar riscos de falhas na pesquisa de mercado, recomenda-se que inicialmente seja efetuada uma busca nos dados internos do próprio Município, com ênfase ao registro cadastral e aos dados de empresas que participaram de licitações prévias para o mesmo objeto ou para objetos semelhantes”.

44. A verificação da existência de 3 (três) fornecedores ME/EPP sediados local ou regionalmente é feita na fase interna da licitação? Sendo assim, dispensa-se o efetivo comparecimento de três ME ou EPP na sessão de julgamento das propostas para se atender o artigo 49, II da Lei Complementar nº. 123/2.006211?

Sim. Nos termos do Acórdão nº. 877/16-P212: “Uma interpretação literal da Lei n.º 123/06, faz crer que não é necessária a efetiva participação de no mínimo 3 (três) empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e que sejam capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, mas simplesmente que existam os três fornecedores competitivos enquadrados nas exigências legais. Contudo, insta consignar ser inaceitável que a licitação tenha um baixo número de concorrentes por falhas na divulgação do certame pela Administração”.

45. Deve-se verificar se a realização de uma licitação exclusiva à MPE é desvantajosa antes de se realizar a licitação? Qual o fundamento legal?



Sim. De acordo com o artigo 49, III da Lei Complementar nº. 123/06, não deve ser realizada licitação exclusiva ou com cotas exclusivas às ME ou EPP se isto não for vantajoso à Administração.

46. A não vantajosidade para a administração pública ou o prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, previsto no art. 49, III, da Lei Complementar 123/06 precisarão ser motivados? Qual a referência jurídica utilizada para essa decisão?

Sim. Esta foi a resposta dada pelo Tribunal de Contas de Tocantins, em consulta respondida através da Resolução nº. 181/2015-P216: "(...) A Administração Pública deverá motivar seus atos, ou seja, descrição dos fatos que levaram a Administração Pública, considerar o disposto no art. 49, III, da Lei nº 123/06 bem como fundamentar as decisões exaradas tanto na fase interna quanto na fase externa do certame, de modo a que elas tenham sustentabilidade jurídica perante os órgãos de controle, para alcançar a sempre objetivada realização do interesse público".

<https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/manual-de-licitacoes/305196/area/251>

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União fixou-se no sentido de que o art. 49 da Lei Complementar nº 123/06 proíbe a aplicação do disposto nos seus artigos 47 e 48 quando não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório; e/ou quando o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

Basta a previsibilidade do prejuízo, não se exigindo certeza sobre a sua real dimensão, até porque esta somente seria passível de apuração ao final da execução do contrato, ou seja, quando o dano já estivesse consumado e pudesse ser avaliado em toda a sua extensão, o que, evidentemente, não teria sentido nenhum em termos de proteção ao erário e ao interesse público.

Vejamos, pois, Acórdão da Corte de Contas Federal que trata da questão:

"O tratamento privilegiado previsto nesses dispositivos seria excepcionado apenas diante da ocorrência das hipóteses descritas no art. 49 da LC nº 123/2006.

[LC nº 123/2006] Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

I - os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não forem expressamente previstos no instrumento convocatório;



II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

(Acórdão nº 3.771/2012, Primeira Câmara. Relator: Ministro Weder de Oliveira. Processo TC 010.601/2012-2. Ata 19/2012 - Primeira Câmara. Brasília, Sessão 07/06/2012)

Realmente a Lei Complementar nº 123/2016 obriga o Gestor a realizar licitações exclusivas nos casos em que os valores não ultrapassem os R\$80.000,00 (oitenta mil reais). Entretanto, deve o mesmo gestor observar as proibições quanto à realização de licitações exclusivas contidas naquela mesma legislação, mais especificamente em seus incisos II e III do art. 49.

Ao restringir a participação na licitação de outras empresas, tendo como parâmetro, s.m.j., apenas o valor da contratação, estaria a administração deixando de observar os já citados mandamentos legais constantes dos incisos II e III do art. 49 da Lei Complementar 123/2006. Em última análise, **deixando de observar o princípio basilar da legalidade** que rege todas as licitações públicas.

Vê-se, portanto, que aqueles três fatores, em conjunto, devem ser considerados quando da elaboração do estudo preliminar - que precede o Termo de Referência e, por consequência, o Edital -, ou seja, não apenas o preço da contratação deve ser considerado, pois ao deixar de observar os outros dois fatores haverá uma afronta ao princípio da competitividade. O que, em última análise, poderá causar prejuízos à administração pública.

Além disso, ao restringir a participação na licitação de outras interessadas, tendo como parâmetro, s.m.j., apenas o valor da contratação, estaria a administração restringindo o caráter competitivo do certame. Dessa forma, é importante sopesar princípios que regem as licitações públicas como o da competitividade, da economicidade e da eficiência, com a finalidade última de buscar a "assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública", conforme determina o artigo 11º inciso I da Lei 14.133/21.

Outrossim, a restrição aumenta percentualmente a possibilidade de uma licitação deserta.

Em que pese o desejo do legislador, com a edição da Lei Complementar nº 123/2006, fosse o de aumentar a função social das contratações públicas com a ampliação da participação das ME/EPP nas licitações, não pode a administração pública, em momento algum, elevar a

DS
LWUN



hipossuficiência econômica das mesmas acima do interesse público.

Ademais, não só na legislação em comento, em seus artigos 44 e 45, como em outras que regem as licitações públicas, a exemplo do Decreto nº 8.538/2015, existem dispositivos que contemplam o critério de desempate ficto, oportunizando equilíbrio na disputa com as demais empresas, não deixando, portanto, as microempresas e empresas de pequeno porte desamparadas.

III - DO PEDIDO

Diante do exposto, é a presente para requerer a V.Sa. se digne a receber a presente Impugnação no seu efeito suspensivo, sendo julgada procedente, para que seja reformado o Edital e seus anexos publicados, suprimindo-se a exclusividade de participação para as microempresas e empresas de pequeno porte, de forma a possibilitar a participação de um maior número de licitantes, e, conseqüentemente, possibilitar a aquisição da proposta mais vantajosa para a administração, em qualidade e preço, republicando-se o novo texto pelos meios oficiais e remarcando-se a data para a realização do certame.

Salvador, 21 de Agosto de 2025.

DocuSigned by:

Lucas Wagner Vieira Nascimento

1D39328AC286472...

Centro de Integração Empresa Escola – CIEE
Gerente Regional de Atendimento Nordeste I e ES
Lucas Wagner Vieira Nascimento
RG 14.917.783-SSPG/MG
CPF/MF sob o no 094.638.976-40


61.600.839/0001-55

Centro de Integração Empresa Escola -
CIEE

Rua Tabapuã, nº 445 – Itaim Bibi
São Paulo / SP
CEP: 04533-001

Pedido de Esclarecimento - Pregão Eletrônico nº 90008/2025**De :** licitacoes@agiel.com.br

qui., 21 de ago. de 2025 12:14

Assunto : Pedido de Esclarecimento - Pregão Eletrônico nº 90008/2025 1 anexo**Para :** mahereda@tre-ba.jus.br

Prezada Pregoeira,

Considerando que o **item 5.1.1.2 do Termo de Referência** prevê que a avaliação objetiva do processo seletivo de estagiários deverá ser realizada de forma **presencial**, vimos, respeitosamente, solicitar esclarecimento acerca da possibilidade de que essa etapa seja realizada **exclusivamente em formato on-line**.

Ressaltamos que a aplicação do processo seletivo on-line apresenta diversas vantagens, entre as quais destacamos:

1. **Maior alcance e democratização do acesso** – permite a participação de estudantes de diferentes regiões, sem a limitação geográfica e de deslocamento até o local da prova.
2. **Redução de custos operacionais e logísticos** – elimina despesas com locação de espaço físico, impressão de provas e deslocamentos de candidatos.
3. **Rapidez no processamento dos resultados** – sistemas digitais permitem correção automática e imediata das avaliações, garantindo maior celeridade ao processo.
4. **Aderência às práticas de sustentabilidade** – reduz o consumo de papel, energia elétrica e deslocamentos, alinhando-se às políticas públicas de sustentabilidade e ao próprio item 5.4.1 do edital, que já incentiva a realização digital da seleção.
5. **Segurança e rastreabilidade** – plataformas digitais permitem controle de acesso individualizado, auditoria de logs e mecanismos de prevenção a fraudes, reforçando a lisura do processo seletivo.

Diante dessas vantagens e em atenção aos princípios da economicidade, eficiência, isonomia e ampla competitividade previstos na **Lei nº 14.133/2021**, solicitamos o esclarecimento se é possível a adoção do **formato exclusivamente on-line** para a realização da avaliação objetiva do processo seletivo de estagiários.

Atenciosamente,




Guilherme Almada Moraes
Equipe Agiel
(31) 4141-3200
agiel.com.br

Informação

De : Kaick Moreira <apoiosgc@cideestagio.com.br>

qui., 21 de ago. de 2025 13:55

Assunto : Informação 1 anexo**Para :** mahereda@tre-ba.jus.br

Prezados, boa tarde.

Em relação ao PE 44/2025 – UASG: 70013, gostaria de confirmar, referente ao repasse aos estagiários, seria feito pela CONTRATADA ou CONCEDETE?

E sobre o modo de recrutamento de estagiário, será processo seletivo presencial ou pode ser de forma online?

Fico no aguardo de seu retorno.

Cordialmente,





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/SGPRE/SGP/COEDE/SEREDE

Em atenção ao despacho do NUP, doc. nº 3477047, quanto ao pedido de esclarecimento, doc. nº 3476591, solicito a alteração do item 5.1.1.2. a fim de que conste com a seguinte redação:

*“5.1.1.2. Promoção de processo seletivo, dentre os candidatos inscritos para as vagas ofertadas de nível superior e de nível médio, regular ou profissionalizante, composto por avaliação objetiva (**online**), mediante ampla divulgação nas principais Instituições de Ensino Superior, Ensino Médio e Médio Profissionalizante da Bahia, credenciadas pelo Ministério da Educação.”*

Solicitamos, também a supressão do item 5.1.1.3.

Quanto ao pedido de esclarecimento, doc. nº 3476611 informo que o repasse da bolsa dos estagiários será feita pelo TRE-BA, conforme o item 5.2.8. do Termo de Referência, doc. nº 3440944 .

Ao NUP.



Documento assinado eletronicamente por **Mara Rosita Pinheiro, Chefe de Seção**, em 26/08/2025, às 08:50, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3477748** e o código CRC **3A281C40**.

0007313-50.2025.6.05.8000

3477748v5



MANIFESTAÇÃO - PRE/DG/SGA/NUP

PROCESSO N.º 0007313-50.2025.6.05.8000

ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS REFERENTES AO EDITAL N.º 90008/2025

1. A empresa **CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEEE** apresentou, na data de 21 de agosto de 2025, impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico 90008/2025 (doc. 3476552), que visa à contratação de empresa especializada que atue como agente de integração, para operacionalização do Programa de Estágio do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, no âmbito da Secretaria e das Zonas Eleitorais da Capital, bem como para a execução de processo seletivo aberto ao público, para recrutamento e seleção de estagiários(as) de nível superior e de nível médio, regular ou profissionalizante, junto a microempresas ou empresas de pequeno porte.
2. O certame está agendado para **08 de setembro de 2025, às 10h**, tendo sido apresentada tempestivamente a impugnação, respeitando-se o prazo de 03 (três) dias úteis anteriores à data de abertura do certame.
3. A irresignação da Impugnante se funda no fato de a licitação ser destinada à participação exclusiva de microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP), alegando que a exclusividade, apesar de amparada pela Lei Complementar 123/2006, não é absoluta, devendo ser afastada com base no art. 49 da citada lei.
4. Entretanto, limita-se a impugnante a elencar as hipóteses legais para o afastamento da exclusividade, sem trazer dados objetivos que demonstrem o seu ponto de vista, pressupondo que o art. 49 da citada lei não foi analisado pela Administração, ao sustentar que foi usado como parâmetro apenas o valor da contratação para restringir o caráter competitivo do certame, sem ter sido feita a ponderação de princípios.
5. Com efeito, o art. 48, inciso I, da LC n.º 123/2006 dispõe que a Administração deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresa e empresa de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Tal regra deixou de ser facultativa, tornando-se uma imposição legal após a mudança da redação do dispositivo dada pela LC n.º 147/2014, desde que não se verifiquem os requisitos do art. 49 da LC 123/2006, que disciplina:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

I - (Revogado); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014) (Produção de efeito)

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

(...)

6. Portanto, a regra é estabelecer exclusividade para licitação cujo valor estimado não ultrapasse R\$ 80.000,00 (oitenta mil) reais, caso não se justifique as hipóteses de exceções previstas no art. 49 da LC 123/2006; que, por seu caráter excepcional, deve ser evidenciada pela Administração.
7. Foi demonstrada, na fase interna da licitação, a existência de vinte e quatro microempresas/empresas de pequeno porte do segmento com sede no Estado da Bahia, conforme se verifica do Relatório da Consulta Parametrizada de Fornecedores, extraído do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF (doc. 3381559).
8. Assim, a cotação de preços confirmou a existência de fornecedores competitivos, dentre as microempresas, com sede regional. Além disso, o pregão eletrônico permite a participação de empresas de outras regiões do país, o que poderá ampliar o número de participantes enquadrados como ME/EPP aptos para o seguimento a ser contratado.
9. Por fim, não restando evidente o enquadramento nas hipóteses excepcionais do art. 49 da LC 123/2006, e

comprovada a existência de vinte e quatro microempresas ou empresas de pequeno porte do segmento com sede no estado da Bahia, não há como se afastar a exclusividade. Impõe-se, por conseguinte, a exclusividade nesse primeiro momento, podendo, em caso de fracasso do certame pelos motivos expostos, ser embasada a republicação do edital com permissão à ampla concorrência.

10. Quanto aos pedidos de esclarecimentos apresentados, o setor demandante prestou as informações no documento 3477748, solicitando alteração do item 5.1.1.2 e a supressão do item 5.1.1.3 do Termo de Referência - TR. Da análise do processo, observa-se que tais itens foram inseridos a primeira vez no documento 3408035, pelo setor demandante, constando como itens 3.1.2 e 3.1.3, em 08 de julho de 2025. Com base nesse documento, a Seção de Licitações reproduziu os apontados dispositivos nos itens 5.1.1.2 e 5.1.1.3 do TR ajustado.

11. Do exposto, esta Pregoeira manifesta-se pelo **INDEFERIMENTO** da impugnação. Contudo, frente aos pedidos de esclarecimentos apresentados (docs. 3476591 e 3476611), diante da solicitação de modificação do TR apresentado pelo setor demandante (doc. 3477748), entendo que tais alterações exigem a republicação do edital, restituindo-se o prazo legal de 10 (dez) dias úteis para apresentação da proposta.

É a manifestação.

À ASSED.

Salvador, 26 de agosto de 2025

Milena Herêda
Pregoeira




Documento assinado eletronicamente por **Milena Austregésilo Herêda, Analista Judiciário**, em 26/08/2025, às 12:30, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3478065** e o código CRC **8C7D75C4**.

Zimbra

092449090531@tre-ba.jus.br

Re: Esclarecimentos Agente de Integração de Estágios**De :** mrpinheiro <mrpinheiro@tre-ba.jus.br> seg., 01 de set. de 2025 13:56**Assunto :** Re: Esclarecimentos Agente de Integração de Estágios 2 anexos**Para :** mahereda <mahereda@tre-ba.jus.br>**Cc :** Seção de Recrutamento, Seleção e Desenvolvimento Organizacional <serede@tre-ba.jus.br>**Responder para :** mrpinheiro <mrpinheiro@tre-ba.jus.br>

Em atenção aos questionamentos abaixo informo que:

- a. Temos atualmente 73 estagiários, sendo apenas 02 estagiários de nível médio. Nosso limite atual é de 100 estagiários de nível superior e 10 de nível médio;
- b. Temos inúmeras instituições de ensino dos nossos estagiários, as quais eles serão os responsáveis em requerer as assinaturas nos contratos dessas instituições;
- c. Edital fornecido pelo TRE, para a aplicação das provas objetivas on line pelo agente de integração. O quantitativo de seleções e custos está previsto em edital;
- d. Não temos exigência de estrutura, desde que haja representantes sempre disponíveis para as nossa demandas;
- e. O prazo para a transição dos estagiários deverá ser o mais breve possível por conta de não haver interrupção do seguro dos estagiários.

Atenciosamente,
Mara Rosita Pinheiro
Chefe da Seção de Recrutamento Seleção e Desempenho
Ramal: 2122

De: "mahereda" <mahereda@tre-ba.jus.br>**Para:** "SEREDE" <mrpinheiro@tre-ba.jus.br>**Cc:** "SELIC" <selic@tre-ba.jus.br>**Enviadas:** Sexta-feira, 29 de agosto de 2025 12:16:17**Assunto:** Fwd: Esclarecimentos Agente de Integração de Estágios

Prezados,

Segue abaixo novo pedido de esclarecimento do Pregão 90008/2025 (Agente de Integração), para que subsidie esta Pregoeira na resposta à licitante.

Atenciosamente,

Milena Austregésilo Herêda


Chefe da Seção de Licitações

Seção de Licitações (SELIC)

Coordenadoria de Gestão de Aquisições, Licitações e Contratos (COGELIC)

Secretaria de Gestão Administrativa (SGA)

Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA)

 (71) 3373-7318 selic@tre-ba.jus.br



Este e-mail e quaisquer arquivos transmitidos com ele são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso da pessoa ou entidade a quem endereçados.

Esta mensagem contém informações confidenciais e destina-se apenas ao indivíduo nomeado. Se você não é o destinatário nomeado, não deve divulgar, distribuir ou copiar este e-mail.

No caso de engano no envio do e-mail, exclua-o imediatamente do seu sistema e notifique o remetente.

Se você não for o destinatário pretendido, será notificado de que é estritamente proibido divulgar, copiar, distribuir ou tomar qualquer ação com base no conteúdo dessas informações.

De: "Pessoal" <biradeodato@hotmail.com>

Para: "Milena Herêda" <mahereda@tre-ba.jus.br>

Enviadas: Quinta-feira, 28 de agosto de 2025 12:38:14

Assunto: Esclarecimentos Agente de Integração de Estágios

Prezado Pregoeiro,

Abaixo os esclarecimentos necessários:

- a) Qual o número de estagiários atualmente vigentes de nível médio superior e pós-graduação?
- b) Quais as respectivas instituições de ensino (faculdades/escolas) dos estagiários vigentes? Necessário para a transição contratual.
- c) Qual a exigência para a metodologia da seleção dos estagiários? Análise curricular, coeficiente de rendimento escolar, ou provas de conhecimento específico? Caso no último caso, quantas vezes ao ano, online ou presencial? Isto impacta nos custos do serviço.
- d) Qual a exigência de estrutura? Escritório virtual ou de representação são aceitos?
- e) Qual o prazo para a transição dos estagiários?

Atenciosamente,



Bira Deodato

Usina de Talentos T&D

t (19) 3579-3884 | m (19) 99667-2886

e biradeodato@gmail.com | w www.usinadetalentos.com.br

Zimbra

092449090531@tre-ba.jus.br

Impugnação ao Edital - Pregão Eletrônico nº 9008/2025**De :** Kaick Moreira <apoiosgc@cideestagio.com.br>

seg., 01 de set. de 2025 16:48

Assunto : Impugnação ao Edital - Pregão Eletrônico nº 9008/2025 2 anexos**Para :** mahereda@tre-ba.jus.br

ILUSTRÍSSIMO SENHOR AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90008/2025

CIDE – CAPACITAÇÃO, INSERÇÃO E DESENVOLVIMENTO, pessoa jurídica de direito privado, associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF nº 03.935.660/0001-52, com sede na Av. Tancredo Neves, 1186, Edif. Catabas Center Sala 901, Cep 41.820-020, Caminho Das Árvores, Salvador - Ba, neste ato representada por **ARNÓBIO CUNHA FREITAS JÚNIOR**, brasileiro, casado, empresário, portador de Carteira Nacional de Habilitação nº 036678066350 DETRAN/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 027.174.115-50, residente e domiciliado na Av. Tancredo Neves, 620, apto 712, Caminho das Árvores, Salvador, Bahia, CEP 41820-020, vêm, com fundamento no item 18.1, do Edital do Pregão Eletrônico n. 90008/2025, apresentar

IMPUGNAÇÃO / PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
SOBRE O EDITAL

ao respeitável pregoeiro do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, conforme razões de fato e direito abaixo aduzidas:

1. BREVE EXPOSIÇÃO DA LICITAÇÃO

1.1 Exposição factual: O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia — Seção de Licitações — publicou o Pregão Eletrônico n.º 90008/2025, cujo objeto é a contratação de agente de integração para operacionalização do Programa de Estágio do TRE-BA e execução de processo seletivo, com previsão de 110 vagas e valor total estimado para 2 anos de R\$ 52.773,60; o edital, contudo, consignou expressamente que se trata de **"LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP"**.

1.2 Dispositivos do edital que restringem a participação: O instrumento convocatório veda

a participação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público — OSCIPs (inciso j da condição 2.4) e impede a participação de empresa que não se enquadre como ME/EPP (inciso k da condição 2.4).

2. MOTIVO DA IMPUGNAÇÃO: 2.1 Dispositivo impugnado: Impugna-se a cláusula que

veda a participação de OSCIPs (condição 2.4, inc. j) e estabelece exclusividade para ME/EPP (Preâmbulo; condição 2.4, inc. k).

2.4. Não poderão participar desta licitação:

[...]

j) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscips

[...]

k) empresário e sociedade empresária ou simples que não se enquadrem na condição de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

2.2 Incompatibilidade com a natureza do objeto: O objeto de agenciamento/gestão de

estagiários admite execução por diferentes tipos de entidade. A vedação genérica às OSCIPs e a exclusividade para ME/EPP não demonstram por que tais agentes seriam incompetentes

ou inadequados.

2.2 Síntese do vício apontado: A restrição imposta no edital é desprovida de motivação técnica ou justificativa que demonstre sua adequação e vantajosidade para a Administração, vulnerando os princípios da motivação, competitividade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

2.4 Ausência de justificativa e pedido de afastamento da cláusula: Como não foi apresentada qualquer motivação técnica, estudo quantitativo ou fundamentação idônea que demonstre a real vantajosidade da exclusividade para ME/EPP e da vedação às OSCIPs, requer-se o afastamento imediato das restrições impugnadas, por configurarem nulidade do ato administrativo.

3. AFRONTA AO INTERESSE PÚBLICO E À COMPETITIVIDADE

3.1 Competitividade como instrumento de economicidade: A restrição indevida reduz a amostra concorrencial e compromete a obtenção da proposta mais vantajosa, em desconformidade com o dever de economicidade e eficiência da Administração.

3.2 Prejuízos práticos decorrentes da exclusividade: A limitação de participantes pode elevar preços, reduzir a qualificação técnica das propostas e inviabilizar soluções que melhor atendam ao objeto, gerando risco de aumento de custos e diminuição de qualidade. Ademais, o art. 49, III, da Lei Complementar nº 123/2006 veda o tratamento diferenciado às ME/EPP

quando este “não for vantajoso para a administração pública”:

LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

[...]

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

3.3 Existência de alternativas menos gravosas: Caso o objetivo seja estimular micro e

pequenas empresas, a legislação já prevê instrumentos menos restritivos à competitividade (como reserva de cota, preferência em caso de empate e fases de credenciamento), não se justificando a exclusão absoluta de outros agentes econômicos capazes de executar o objeto.

3.4 Ausência de justificativa e pedido de afastamento da cláusula: os termos do art. 49,

III, da LC nº 123/2006, a exclusividade para ME/EPP não se aplica se não for vantajosa para

a Administração. Como o edital não comprovou essa vantajosidade nem justificou a vedação às OSCIPs, requer-se o afastamento imediato das restrições.

4. VIOLAÇÃO AO FUNCIONAMENTO DAS OSCIPs:

4.1 Inexistência de vedação legal genérica: Não existe vedação legal geral à participação de OSCIPs em licitações, de modo que a exclusão genérica deve ser justificada por incompatibilidade objetiva com o objeto do certame.

2.4. Não poderão participar desta licitação:

[...]

j) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscips

4.2 Impacto sobre soluções técnicas e parcerias sociais: A vedação indevida pode privar

a Administração de alternativas técnicas ou metodológicas próprias de OSCIPs, especialmente em atividades sociais e de gestão educacional.

4.3 Necessidade de motivação específica quando se almeja a exclusão de OSCIPs:

Caso se pretenda excluir OSCIPs por razão idônea, o edital deve explicitar, com base técnica, os motivos da inadequação dessas entidades ao objeto.

5. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA

5.1 Garantia constitucional de tratamento igualitário: O art. 37, caput, da Constituição Federal estabelece que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A restrição genérica que impede a participação de OSCIPs e confere exclusividade a ME/EPP viola o princípio da isonomia, ao tratar desigualmente agentes econômicos que poderiam executar o objeto da licitação com igual eficiência.

5.2 Competidores em situação desigual: Ao excluir de forma indiscriminada OSCIPs e demais entidades aptas, o edital cria diferenciação injustificada entre concorrentes, favorecendo artificialmente um grupo de participantes (ME/EPP), sem demonstração de razão objetiva ou vantajosidade para a Administração, em violação ao art. 5º, da Lei nº 14.133/2021:

LEI Nº 14.133/2021

*Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, **da igualdade**, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#).*

5.3 Pedido de afastamento das restrições: Como não houve qualquer fundamentação ou comprovação de vantajosidade da exclusividade para ME/EPP ou da vedação às OSCIPs, requer-se o afastamento imediato das restrições impugnadas, garantindo-se tratamento isonômico a todos os agentes econômicos aptos a executar o objeto do certame.

9. PEDIDOS:

- a) **Pedido principal:** Requer-se o conhecimento e provimento integral desta impugnação para que seja revogado o dispositivo do edital que institui exclusividade para ME/EPP e que veda genericamente a participação de OSCIPs (Preâmbulo; condição 2.4, incs. j e k), por ausência de motivação técnica e afronta aos princípios da Lei nº 14.133/2021;
- b) **Pedido subsidiário — retificação:** Subsidiariamente, requer-se a retificação do edital mediante a imediata juntada de: (i) estudo técnico-quantitativo que comprove a existência de ME/EPP aptas e a vantajosidade da exclusividade; (ii) justificativa específica, com critérios objetivos, para eventual vedação a OSCIPs; (iii) eventual previsão de medidas menos gravosas para estímulo às ME/EPP;
- c) **9.3 Prova e intimação:** Requer-se a intimação do órgão licitante para, no prazo legal, juntar aos autos todos os estudos, pareceres, pesquisas de mercado e documentos que embasaram a escolha da exclusividade; na ausência de tais documentos, requer-se o acolhimento da impugnação e a retificação do edital.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Salvador, 01 de setembro de 2025.

CIDE – CAPACITAÇÃO, INSERÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Cordialmente,



CIDE CAPACITAÇÃO
INSERÇÃO E
DESENVOLVIMENTO

Kaick Moreira
Administrativo

✉ apoiosgc@cideestagio.com.br
☎ (71) 3451-8783
📱 @ciderh | Site: <https://ciderh.org.br/>



IMPUGNAÇÃO - CIDE.docx (3).pdf

407 KB



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO - PRE/DG/SGA/NUP

PROCESSO N.º 0007313-50.2025.6.05.8000

ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS REFERENTES AO EDITAL N.º 90008/2025

1. A empresa **CIDE - CAPACITAÇÃO, INSERÇÃO E DESENVOLVIMENTO** apresentou, na data de 1º de setembro de 2025, impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico 90008/2025 (doc. 3489031), que visa à contratação de empresa especializada que atue como agente de integração, para operacionalização do Programa de Estágio do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, no âmbito da Secretaria e das Zonas Eleitorais da Capital, bem como para a execução de processo seletivo aberto ao público, para recrutamento e seleção de estagiários(as) de nível superior e de nível médio, regular ou profissionalizante, junto a microempresas ou empresas de pequeno porte.
2. O certame está agendado para **08 de setembro de 2025, às 10h**, tendo sido apresentada tempestivamente a impugnação, respeitando-se o prazo de 03 (três) dias úteis anteriores à data de abertura do certame.
3. A irresignação da Impugnante é em relação à previsão de exclusividade de participação de microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP) e à vedação de participação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscips, previstas nas alíneas "j" e "k" da condição 2.4 do Edital.
4. Alega, em síntese, que as restrições impostas são desprovidas de motivação técnica ou justificativa que demonstre adequação e "vantajosidade" para Administração, tendo em vista que o objeto licitado admite execução por diferentes tipos de entidade. Argui, ainda, que a vedação genérica quanto à participação de Oscips e a exclusividade para ME/EPP *"não demonstra por que tais agentes seriam incompetentes"*.
- 4.1. Aponta, igualmente, afronta ao interesse público e à competitividade, bem como violação ao princípio da isonomia, e possível risco de aumento de custos e diminuição de qualidade do serviço, havendo alternativas menos gravosas. Requer ao final: a) provimento integral da impugnação, afastando-se a exclusividade para ME/EPP e a vedação genérica de participação de Oscips; ou, subsidiariamente b) *"retificação do edital mediante a imediata juntada de (i) estudo técnico-quantitativo que comprove a existência de ME/EPP aptas e a vantajosidade da exclusividade; (ii) justificativa específica, com critérios objetivos, para eventual vedação a OSCIPs; (iii) eventual previsão de medidas menos gravosas para estímulo às ME/EPP"*.
5. Passando-se à análise da impugnação, esta Pregoeira reforça o entendimento já explicitado na manifestação à impugnação apresentada pela **CETRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEEE**, consignada ao documento 3478065, de que a regra é estabelecer exclusividade para licitação cujo valor estimado não ultrapasse R\$ 80.0000,00 (oitenta mil) reais, caso não se justifique as hipóteses de exceções previstas no art. 49 da LC 123/2006; que, por seu caráter excepcional, deve ser evidenciada pela Administração. Assim, foi demonstrada, na fase interna da licitação, a existência de vinte e quatro microempresas/empresas de pequeno porte do segmento com sede no Estado da Bahia, conforme se verifica do Relatório da Consulta Parametrizada de Fornecedores, extraído do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF (doc. 3381559).
6. Quanto à vedação de participação de Oscips, rememoramos o Parecer 308/2022 (doc. 2205739) da Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos (ASJUR1), no qual cita o Acórdão TCU nº 746/2014 - Plenário, conforme ementa a seguir transcrita:

REPRESENTAÇÃO. GRUPO DE TRABALHO CRIADO PARA AVALIAR A LEGALIDADE DA PARTICIPAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO - OSCIP EM CERTAMES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL. DESVIRTUAMENTO DA FORMA DE RELACIONAMENTO COM PODER PÚBLICO PREVISTA NA LEI N. 9.790/1999. QUEBRA DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. IMPOSSIBILIDADE. CIÊNCIA AOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO.

1. Às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, atuando nessa condição, é vedado participar de certames da Administração Pública Federal, porquanto tal agir implica ofensa à Lei n. 9.790/1999, que dispõe ser o Termo de Parceria o meio adequado de relacionamento entre elas e o Poder Público.

2. A participação de OSCIP em torneios licitatórios da Administração Pública consubstancia quebra do princípio da isonomia, eis que tais entidades possuem benesses fiscais, a elas

7. Do exposto, a unidade jurídica concluiu que:

Nos termos do voto do Relator, a permissão para participação de OSCIP's em licitações "desvirtuaria o objetivo primordial para o qual foram criadas, qual seja, estabelecer cooperação com o Poder Público mediante a celebração do Termo de Parceria". A natureza de colaboração, essencial às OSCIP's, diverge do caráter comercial atinente à competição instaurada pela Administração.

8. Do exposto, esta Pregoeira manifesta-se pelo **INDEFERIMENTO** da impugnação da **CIDE - CAPACITAÇÃO, INSERÇÃO E DESENVOLVIMENTO**; reiterando que, frente aos pedidos de esclarecimentos apresentados (docs. 3476591 e 3476611), e diante da solicitação de modificação do TR apresentada pelo setor demandante (doc. 3477748), tais alterações exigem a republicação do edital, restituindo-se o prazo legal de 10 (dez) dias úteis para apresentação da proposta.

É a manifestação.

À ASSESD.

Salvador, 2 de setembro de 2025

Milena Herêda
Pregoeira



Documento assinado eletronicamente por **Milena Austregésilo Herêda, Analista Judiciário**, em 02/09/2025, às 12:08, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3489034** e o código CRC **801EF8B5**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0007313-50.2025.6.05.8000
INTERESSADO : COEDE
ASSUNTO : Agente de Integração - Impugnações e Pedidos de Esclarecimentos

PARECER nº 378 / 2025 - PRE/DG/ASJUR1

1. Após a publicação do Edital do pregão Eletrônico n.º 90008/2025 (doc. n.º 3471800) , cujo objeto é a contratação de empresa especializada que atue como agente de integração, visando à operacionalização do Programa de Estágio do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, no âmbito da Secretaria e das Zonas Eleitorais da Capital, bem como para a execução de processo seletivo aberto ao público, para recrutamento e seleção de estagiários(as) de nível superior e de nível médio, regular ou profissionalizante, junto a Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, foram apresentadas impugnações pelas empresas CIEE (doc. n.º 3476552) e CIDE (doc. n.º 3489031), além de pedidos de esclarecimentos juntados nos documentos n.ºs 3476591 e 3476611.

2. À vista do questionamento juntado no documento n.º 3476591, a Unidade demandante, no documento n.º 3477748, requereu a alteração do item 5.1.1.2. a fim de que conste com a seguinte redação:

"5.1.1.2. Promoção de processo seletivo, dentre os candidatos inscritos para as vagas ofertadas de nível superior e de nível médio, regular ou profissionalizante, composto por avaliação objetiva (online), mediante ampla divulgação nas principais Instituições de Ensino Superior, Ensino Médio e Médio Profissionalizante da Bahia, credenciadas pelo Ministério da Educação."

2.1. Ademais, foi solicitada a supressão do item 5.1.1.3.

2.2. De referência ao pedido de esclarecimento juntado no documento n.º 3476610, foi informado que o repasse da bolsa dos estagiários será feita pelo TRE-BA, conforme o item 5.2.8. do Termo de Referência.

3. Quanto às impugnações apresentadas, a primeira delas questiona a previsão de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, alegando que a previsão da Lei Complementar n.º 123/2006 não é absoluta e enumerando as exceções albergadas nos incisos II e III do art. 49 da referida norma. Em apertada síntese, o CIEE alegou que a restrição da participação no certame tomando como parâmetro exclusivamente o valor da contratação macula os princípios da competitividade, economicidade e eficiência.

3.1. O CIDE, na impugnação acostada no documento n.º 3489031, além de igualmente questionar a exclusividade prevista na Lei Complementar n.º 123/2006, também indaga acerca da vedação da participação de OSCIPs, argumentando que *"a vedação genérica às OSCIPs e a exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte não demonstram por que tais agentes seriam incompetentes"* e que *"a limitação de participantes pode elevar preços, reduzir a qualificação técnica das propostas e inviabilizar soluções que melhor atendam ao objeto, gerando risco de aumento de custos e diminuição de qualidade"* e que o art. 49, III, da Lei Complementar n.º 123/2006 veda o tratamento diferenciado para ME/EPP quando este não for vantajoso para a Administração Pública.

4. A Pregoeira acostou manifestações nos documentos n.ºs 3478065 e 3489034, pontuando que a primeira impugnante se limitou a elencar as hipóteses legais para o afastamento da exclusividade, sem trazer dados objetivos que demonstrem o seu ponto vista, pressupondo que o art. 49 da citada lei não foi analisado pela Administração, ao sustentar que foi usado como parâmetro apenas o valor da contratação para restringir o caráter competitivo do certame, sem ter sido feita a ponderação de princípios. Anotou também que *"a regra é estabelecer exclusividade para licitação cujo valor estimado não ultrapasse R\$ 80.0000,00 (oitenta mil) reais, caso não se justifique as hipóteses de exceções previstas no art. 49 da LC 123/2006; que, por seu caráter excepcional, deve ser evidenciada pela Administração."*

4.1. Enfrentando os argumentos lançados na segunda impugnação, reiterou as razões suso referidas, para justificar a previsão de exclusividade para ME/EPP, informando acerca da existência de vinte e quatro microempresas/empresas de pequeno porte do segmento com sede no Estado da Bahia, conforme se verifica do Relatório da Consulta Parametrizada de Fornecedores, extraído do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, juntado no documento n.º 3381559.

4.2. Em relação à vedação de participação de Oscips, rememorou o Parecer 308/2022 (doc. 2205739) desta Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos (ASJUR1), no qual citamos o Acórdão TCU nº 746/2014 - Plenário, para concluir que a permissão para participação de OSCIP's em licitações desvirtuaria o objetivo primordial para o qual foram criadas, qual seja, estabelecer cooperação com o Poder Público mediante a celebração do Termo de Parceria e que a natureza de colaboração, essencial às OSCIP's, diverge do caráter comercial atinente à competição instaurada pela Administração.

4.3. Assim, opinou pelo indeferimento de ambas impugnações.

5. Ratificamos tudo o quanto registrado pela Pregoeira e, na mesma linha, opinamos pela rejeição das razões das impugnantes.

6. Entretanto, por força da alteração vindicada no instrumento convocatório pela Unidade demandante, para realização das provas *online*, consoante relatamos nos itens 2 e 2.1 deste opinativo, o edital deverá ser oportunamente republicado.

6.1. Recomendamos, entretanto, que antes da nova publicação seja colhida a manifestação da Seção de Análise e Aquisições acerca de eventual impacto da mudança de formato da avaliação objetiva na precificação dos serviços.

É o parecer.



Documento assinado eletronicamente por **Cláudia Nascimento Costa, Analista Judiciária**, em 05/09/2025, às 12:31, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3493479** e o código CRC **6063C94A**.

Zimbra

092449090531@tre-ba.jus.br

Re: [Esclarecimentos/Impugnação]: 70013 - Pregão Eletrônico - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA - 900082025 - 08.09.2025

De : mahereda <mahereda@tre-ba.jus.br>

sex., 05 de set. de 2025 10:35

Assunto : Re: [Esclarecimentos/Impugnação]: 70013 - Pregão Eletrônico - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA - 900082025 - 08.09.2025

📎 1 anexo

Para : Licitações Linschoten e Lachimia Advogadas <licitacoes@l2.adv.br>

Cc : Juliana Kaway Van Linschoten <juliana@l2.adv.br>, Priscila Kadri Lachimia <priscila@l2.adv.br>, Marina Andrade <marina@l2.adv.br>, selic <selic@tre-ba.jus.br>

Prezada Licitante,

O Pregão 90008/2025 (Contratação de Agente de Integração) do TRE- BA foi suspenso, considerando que as impugnações apresentadas ainda estão sob análise da Administração, podendo haver necessidade ou não de alterar o Edital, com consequente republicação do certame.

Assim, pedimos que as licitantes acompanhem o quadro de aviso do certame no sistema Compras.Gov e, igualmente, as informações que serão disponibilizadas no Portal da Transparência do TRE– BA, no sítio www.tre-ba.jus.br ou no link <https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/editais/editais-das-licitacoes-2025>.

Quaisquer dúvidas, estamos à disposição.

Milena Austregésilo Herêda

Pregoeira

Núcleo de Pregoeiros

Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA)

☎ (71) 3373-7318

✉ selic@tre-ba.jus.br



SGA · COGELIC

Este e-mail e quaisquer arquivos transmitidos com ele são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso da pessoa ou entidade a quem endereçados.

Esta mensagem contém informações confidenciais e destina-se apenas ao indivíduo nomeado. Se você não é o destinatário nomeado, não deve divulgar, distribuir ou copiar este e-mail.

No caso de engano no envio do e-mail, exclua-o imediatamente do seu sistema e notifique o remetente.

Se você não for o destinatário pretendido, será notificado de que é estritamente proibido divulgar, copiar, distribuir ou tomar qualquer ação com base no conteúdo dessas

informações.

De: "Licitações Linschoten e Lachimia Advogadas" <licitacoes@l2.adv.br>

Para: "Milena Herêda" <mahereda@tre-ba.jus.br>

Cc: "Juliana Kaway Van Linschoten" <juliana@l2.adv.br>, "Priscila Kadri Lachimia" <priscila@l2.adv.br>, "Marina Andrade" <marina@l2.adv.br>

Enviadas: Quarta-feira, 3 de setembro de 2025 15:10:26

Assunto: [Esclarecimentos/Impugnação]: 70013 - Pregão Eletrônico - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA - 900082025 - 08.09.2025

REF. PREGÃO Nº 90008/2025

ÓRGÃO LICITANTE: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE-BA

DATA DO PREGÃO: 08/09/2025

Prezados(as),

Em atenção ao instrumento convocatório acima referenciado, vimos, por meio deste, solicitar esclarecimentos/impugnar a respeito dos seguintes pontos:

a. Impugnação com relação ao item Exclusividade ME/EPP (anexo);

b. Considerando que foi informada a alteração do **item 5.1.1.2 do Termo de Referência**, bem como a supressão do item 5.1.1.3 do edital, **solicitamos esclarecimento** quanto à necessidade de republicação do edital.

Isso porque tais modificações impactam diretamente a formação do valor a ser praticado e, por se tratarem de alterações substanciais, entendemos ser imprescindível que haja ampla divulgação oficial dessas mudanças, em respeito aos princípios da publicidade, transparência e isonomia que regem os processos licitatórios.

Dessa forma, questionamos se haverá republicação do edital com as devidas retificações, a fim de assegurar que todos os interessados tenham pleno conhecimento das alterações promovidas.

Aguardamos retorno dentro do prazo legal e agradecemos desde já pela atenção dispensada.

Atenciosamente,

--

Setor de licitações



(44) 3222-9199



(44) 99831-9621



@linschotenlachimiaadv



Av. João Paulino Vieira Filho, 672, Ed. New Center
Empresarial, sala 605, Maringá - PR, 87020-015

LINSCHOTEN E LACHIMIA
ADVOGADAS



Assinatura_de_Email___Plano_de_Comunicacao.jpg

45 KB



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

DECISÃO nº 3497175 / 2025 - PRE/DG/ASSED

1. Tramitam os autos para apreciação de pedidos de esclarecimentos e impugnações ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90008/2025, que tem por objeto a contratação de empresa especializada que atue como agente de integração, visando à operacionalização do Programa de Estágio do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, no âmbito da Secretaria e das Zonas Eleitorais da Capital, bem como para a execução de processo seletivo aberto ao público, para recrutamento e seleção de estagiários(as) de nível superior e de nível médio, regular ou profissionalizante, junto a Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.
2. Em resposta aos pedidos de esclarecimentos, a SEREDE acostou aos autos as informações constantes do documento n.º 3477748, solicitando alterações no instrumento convocatório.
3. A Pregoeira se manifestou, em documentos n.ºs 3478065 e 3489034, pelo não acolhimento das razões das impugnantes.
4. Instada, a Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos - ASJUR1 se pronunciou mediante Parecer n.º 378/2025, documento n.º 3493479.
5. Assim, lastreado no Parecer n.º 378/2025, da ASJUR1, cujo relatório e fundamentos passam a integrar a presente decisão, e, com base nas atribuições constantes do art. 143, VII, da Resolução Administrativa n.º 27/2024, **julgo improcedentes** as impugnações ao referido edital, formuladas pelas empresas **CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEEE** e **CAPACITAÇÃO, INSERÇÃO E DESENVOLVIMENTO - CIDE** (documentos n.ºs 3476552 e 3489031).
6. Encaminhe-se ao Núcleo de Pregoeiros - NUP, para as providências devidas, inclusive notificar as impugnantes da decisão proferida.
7. Ademais, diante do quanto indicado no documento n.º 3477748, encaminhe-se, simultaneamente, à SGP/COEDE/SERED para realizar os devidos ajustes no Termo de Referência. Após, os autos devem ser encaminhados à SGA/COGELIC para atender ao disposto no tópico 6.1, do opinativo jurídico, bem como atualizar a minuta de edital.

RAIMUNDO VIEIRA
Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 08/09/2025, às 10:26, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3497175** e o código CRC **8716CCF5**.